

## CAPÍTULO 16

# Colonialidade, apropriação da natureza e mineração na América Latina

*Gabrielly Ramos de Oliveira*

### Resumo

O objetivo do artigo é destacar as principais abordagens teóricas sobre colonialidade e apropriação da natureza, enquanto alternativa para compreender a mineração na América Latina. A hipótese central se direciona a persistência da colonialidade sobre a apropriação da natureza, enquanto evidência da assimetria de poder entre estados no cenário internacional. O artigo corresponde a uma pesquisa exploratória por meio da revisão bibliográfica. A partir disso, busca-se demonstrar a permanência da expropriação de recursos naturais, notadamente minerais em países periféricos enquanto aspecto da colonialidade contemporânea. Para isso, em um primeiro momento, são analisados pressupostos decoloniais sobre as relações entre estados, apropriação da natureza e exploração de recursos minerais. Em seguida, relaciona a manutenção do modelo de desenvolvimento minerador à continuidade das relações de dependência que se constituem como relações imperiais no sistema internacional. Por fim, resgatará os argumentos de teorias sobre imperialismo e o conceito de extrativismo para lançar luz sobre as relações econômicas e processos que se reproduzem atualmente, relacionado principalmente à reorganização neoliberal nos anos 1990.

**Palavras-chave:** colonialidade; América Latina; mineração; natureza; Norte/Sul.

### 1. Introdução

Os estudos pós-coloniais apresentam perspectivas críticas que evidenciam o aspecto colonial e permanente da expansão capitalista. Nesse paradigma, a dominação colonial histórica é entendida como necessária para criação e perpetuação do capitalismo industrial. E a extinção do colonialismo e independência dos estados não foi suficiente para alterar as formas políticas, econômicas e culturais de do-

mineração. Nesse sentido, o conceito de colonialidade é usado para evidenciar as situações que permanecem para além do colonialismo histórico, e como forma de relacionar a explicação da modernidade a um processo necessariamente vinculado à dominação colonial.

Nesse aspecto, a constituição de hierarquias raciais, de gênero e de formas de apropriação da natureza são compreendidas como um processo simultâneo à consolidação da atual divisão internacional do trabalho. Considerando o conceito de colonialidade, destaca-se que as hierarquias definidas na relação entre europeu e não-europeu permanecem através dessa divisão e nas formas de acumulação do capital. Em adição, argumenta-se que os pressupostos decoloniais falham em evidenciar as maneiras pelas quais esses processos se reproduzem nas relações entre os estados, dimensões que contribuem para o entendimento da colonialidade em seu aspecto permanente. E também complementa as noções sobre os estados e corporações transnacionais frente à exploração de recursos minerais em países periféricos.

O objetivo do artigo é destacar as principais abordagens teóricas sobre colonialidade e natureza, enquanto alternativa para compreender a mineração na América Latina. A hipótese central se direciona a persistência da colonialidade sobre a apropriação da natureza, enquanto evidência da assimetria de poder entre estados no cenário internacional. O artigo corresponde a uma pesquisa exploratória por meio da revisão bibliográfica.

Com base nesse aporte teórico e metodologia, o texto busca demonstrar a permanência da expropriação de recursos naturais, notadamente minerais em países periféricos enquanto aspecto da colonialidade contemporânea. Para isso, em um primeiro momento, abordará pressupostos decoloniais sobre as relações entre estados, apropriação da natureza e exploração de recursos minerais. Em seguida, relaciona a manutenção do modelo de desenvolvimento mine-

rador à continuidade das relações de dependência que se constituem como relações imperiais no sistema internacional. Por fim, resgatará os argumentos de teorias sobre imperialismo para lançar luz sobre as relações econômicas e processos que se reproduzem atualmente, relacionando principalmente através da reorganização neoliberal nos anos 1990.

## 2. Colonialismo, colonialidade e as relações entre Estados

O artigo fundamenta-se nas proposições relacionadas ao paradigma Modernidade/Colonialidade, para apresentar que as relações de exploração da natureza no sistema internacional permanecem fundamentadas em relações coloniais. No colonialismo histórico, o roubo de recursos naturais ancorava-se na dominação política, administrativa e militar pelo estado colonizador. No atual cenário, são mantidos outros processos e relações de poder que estruturam a permanência da exploração. A colonialidade na apropriação de recursos naturais é entendida como o desenvolvimento de noções estratégicas universais para pensar e explorar o meio ambiente. Além disso, as estratégias econômicas, fundamentadas na teoria marxista sobre imperialismo, amparam a análise sobre a realidade prática dos estados. O que por sua vez se relaciona a estrutura das relações entre centro-periferia a partir da forma como as corporações transnacionais impõem métodos de exploração da natureza e do trabalho.

A crítica decolonial nas Relações Internacionais aborda que o conceito de raça é essencial para compreender a estrutura hierárquica de poder na qual o sistema internacional é fundado. Esse conceito, conforme discutido adiante, foi imposto para promover legitimidade na conquista colonial, a partir de um discurso dicotômico fundamentado na contraposição entre colonizador e colonizado (QUIJANO, 2000).

Quijano (2000) aponta que a colonização da América por países europeus se fundamentou na dualidade discriminatória do conceito de raças e se consolidou com o controle das relações de trabalho, direcionadas aos interesses da reprodução de capital no mercado internacional. Ainda após a descolonização das nações sob dominação europeia, o processo de colonialidade continua como estrutura dominante, materializada nas formas de organização social, especialmente na esfera política, econômica e jurídica. Esses aspectos são especialmente caros para a formação dos estados latino-americanos, que perpetuam relações de poder coloniais e euro-centradas.

Para a perspectiva decolonial, as teorias das Relações Internacionais tradicionais não abordam essa categoria como essencial para compreender as relações de poder no sistema internacional. A colonialidade do poder, do saber e do ser apresentado por Quijano, se fundamenta na naturalização de ideias hierárquicas que busca a padronização de modelos de poder, saber e ser, necessariamente eurocentrados, condição responsável pela exclusão de setores sociais 'não-europeus' da participação da sociedade como índios, negros, mulheres. A colonialidade é o termo usado para caracterizar um padrão de dominação global próprio do sistema moderno/capitalista que tem origem no colonialismo europeu nas Américas. O que marca o início da hegemonia europeia, na qual se estabeleceu uma dominação direta, política, social e cultural aos povos conquistados (QUIJANO, 2000).

O fim do colonialismo e a independência de países na América, não significou emancipação cultural, política ou econômica. Processo evidenciado na manutenção das relações de dependência entre centro-periferia e nas práticas coloniais internamente às sociedades colonizadas. O que perpetua essa forma de classificação social fundamentada na raça, no controle do trabalho, do conheci-

mento e da apropriação dos territórios e da natureza como instrumento de acumulação de capital. É a partir disso que se pode apontar para a continuidade das relações coloniais para além do fim do colonialismo, que a partir do século XX passa a apresentar aspectos fundamentados na expansão territorial de empresas transnacionais pelo mundo. Para Quijano (2000), a experiência latinoamericana de colonização e constituição de estados-nação foi fundamentada em uma estrutura social racializada. O que estabeleceria uma ordem desigual, em favor das classes e estados dominantes. A independência dos países latinoamericanos, não esteve articulada a uma desintegração da dominação colonial e descolonização das sociedades.

O grupo de investigação Modernidade/Colonialidade que inaugurou o chamado giro decolonial na América Latina, do qual Quijano e outros atores fazem parte, propõe ir além da suposição de alguns discursos acadêmicos e políticos. Sobretudo no que se relaciona ao argumento de que o fim das administrações coloniais e a formação de estados independentes conformam um mundo pós-colonial e descolonizado. Partindo da existência de uma divisão internacional do trabalho entre centro e periferia e de uma hierarquização racializada entre sociedades e estados. Estruturas que não foram transformadas com o fim do colonialismo e independência. Na verdade, são modificadas a partir da transição de um colonialismo histórico para a colonialidade global. Processo que alterou as formas de dominação no sistema, mas não a estrutura das relações entre centro e periferia no cenário mundial (CASTRO-GÓMEZ; GROSFUGUEL, 2007).

A partir desses argumentos, Quijano propõe que os processos de independência dos países latinoamericanos não promoveram a descolonização das sociedades. E por isso não podem ser considerados como um processo em direção ao desenvolvimento de um moderno estado-nação, mas sim da reorganização da colonialidade do poder em outras bases institucionais. Para o autor há uma ar-

ticulação entre a colonialidade do poder, enquanto classificação social com base em raça; o capitalismo, como um padrão universal de exploração social; o Estado, com controle da autoridade coletiva; e o eurocentrismo como forma de controle da intersubjetividade, notadamente a forma de produção de conhecimento (QUIJANO, 2000).

Nesse contexto, Grosfoguel destaca a diferença entre o conceito de colonialidade e colonialismo, tal como proposto por Quijano. Nesse caso, o colonialismo é percebido através da imposição de uma administração colonial, em seu sentido histórico. E colonialidade do poder, por outro lado, enquanto referência a 'situações coloniais' na atualidade, em que a dominação colonial praticamente inexistente. Para o autor, situações coloniais se relacionam às diversas formas de exploração, seja política, econômica, cultural, de determinados grupos por outros dominantes. Nesse caso, a existência de uma experiência histórica colonial por parte de dominadores e dominados, não é uma determinante para a existência de relações coloniais entre eles no cenário internacional. Uma vez que a colonialidade do poder é constitutiva do sistema mundo colonial/moderno, a expansão colonial europeia engendrou uma divisão internacional do trabalho entre não-europeus e europeus. O que se reproduziu na fase pós-colonial do sistema-mundo capitalista. O que direciona ao entendimento de que mesmo um país sem colônias históricas pode se beneficiar dessa divisão desigual na atualidade (GROSFOGUEL, 2008).

Em proposições complementares, Mignolo (2017) destaca a colonialidade enquanto matriz colonial de poder como teoria e prática em resposta à globalização, ou seus efeitos, e em contraposição a produção de conhecimento ocidental. Quatro aspectos se relacionam ao conceito de Matriz Colonial de Poder (MCP) destacado pelo autor: o controle da economia, da autoridade, do gênero e do conhecimento e subjetividade. Para o autor, no cenário de consolidação e alterações no modelo de produção, a questão da natureza

é analisada sobretudo a partir de aspectos econômicos, e separada dos seres humanos: a natureza como um espaço neutro e inerte para a expansão econômica. O que se relaciona a permanência de uma percepção sobre o meio-ambiente como espaço de fornecimento de recursos naturais para o funcionamento do sistema econômico. De maneira geral, “a MCP então opera em uma série de nós histórico-culturais heterogêneos e interconectados, que são atravessados por diferenças coloniais e imperiais e pela lógica subjacente que assegura essas conexões: a lógica da colonialidade” (MIGNOLO, 2017, p.10).

Feita essa breve disposição sobre os principais conceitos desenvolvidos pelo paradigma Colonialidade/Modernidade usados no trabalho enquanto fundamentação teórica, devem-se destacar algumas questões. Argumenta-se que esse paradigma consegue explicar diferentes âmbitos das relações entre os estados na contemporaneidade. No entanto, falha em destacar as estratégias concretas pelas quais a manutenção desse padrão de poder é facilitada. Nos termos de Luciana Ballenstrin (2017), a reprodução, consolidação e persistência desse padrão de poder é permitido pelas relações imperiais que sustentam a divisão Norte/Sul, sendo impossível pensar a colonialidade sem a imperialidade.

Nessa seção foram apresentados os principais conceitos que fundamentam o trabalho no campo de estudo das relações internacionais e alguns entendimentos sobre o conceito de colonialidade para a perspectiva decolonial. E também, argumentou-se pela ampliação dessa perspectiva a partir da consideração da imperialidade como constitutiva da colonialidade, o que será discutido na próxima sessão.

## 2.1. Pela ampliação do paradigma colonialidade/modernidade

Sintetizando os argumentos apresentados acima, destaca-se que o programa de investigação Modernidade/Colonialidade parte de algumas proposições chave. A percepção do sistema mundo moderno colonial caracterizado pelo colonialismo moderno e por relações coloniais enquanto forma de poder no sistema internacional. Colonialidade do poder, entendido como um modelo hegemônico nas relações sociais, instaurado na dominação colonial, o que engendra diferença colonial e colonialidade global como aspecto cultural do processo de subalternização. Dimensões que são consolidadas pela colonialidade do ser, enquanto aspecto ontológico da dominação. E o eurocentrismo, como modelo universal de conhecimento, fundamentado sobretudo na história e experiências europeias (ESCOBAR, 2003).

Como propõe Arturo Escobar, algumas dimensões não são tratadas por esse projeto de investigação. Ou pelo menos, não estão no centro das proposições que explicam as relações entre os estados. Entre essas dimensões estão as questões de gênero, da natureza e a necessidade de desenvolver imaginários econômicos alternativos como estratégia concreta contra o neoliberalismo. O autor destaca que a dominação da mulher e da natureza fundamentam o projeto moderno e definem as relações de poder no mundo pós-colonial. E que a crise ambiental evidencia os limites da moderna racionalidade instrumental e da capitalização da natureza e do trabalho (ESCOBAR, 2003).

A partir da proposta de ampliação do projeto Modernidade/Colonialidade apresentado por Escobar, Cajigas-Rotundo destaca a necessidade de discussão do padrão de poder colonial sobre a natureza. Para o autor, os discursos e as situações coloniais produzem subjetividades, territorialidades e também naturezas. Nesse aspecto,

o desenvolvimento sustentável surge em um contexto marcado pela incerteza das promessas do desenvolvimento dos países periféricos, nos anos 1970. E por outro lado, questionamentos sobre as contradições próprias do capitalismo em relação ao meio ambiente e à justiça social (CAJIGAS-ROTUNDO, 2007).

Para essa proposta, os acordos internacionais criados sobre o meio ambiente dão ênfase ao desenvolvimento de ferramentas de controle e manejo adequado da natureza. Nessa perspectiva, o meio ambiente é constituído a partir de uma representação da escassez e o progresso material é definido como a superação daquilo que falta para alcançar um determinado nível de desenvolvimento. Considerando a natureza como fonte inesgotável de recursos para garantir o aumento do nível de consumo. Nos discursos hegemônicos sobre desenvolvimento sustentável a degradação ambiental é causada principalmente pela pobreza das populações do Sul. O que busca alterar e reformular as concepções sobre a natureza com vistas à conservação e manutenção do capitalismo. Ao contrário do que buscam alguns movimentos sociais ambientalistas: transformação e reformulação do capitalismo com o objetivo de conservar a natureza (CAJIGAS-ROTUNDO, 2007).

Na biocolonialidade do poder apresentada pelo autor, a modernidade e a colonialidade são vistas como duas partes de um todo, como partes de um sistema caracterizado pela 'heterogeneidade estrutural', que permite uma distribuição assimétrica de poder e consolida a superexploração das colônias e estados periféricos. O que evidencia as formas como políticas e conhecimentos sobre biodiversidade e meio ambiente, por exemplo, consolidam novas formas de colonialidade. (CAJIGAS-ROTUNDO, 2007).

Para Ballenstrin a ênfase dada à estrutura econômica do marxismo por um lado, e o enfoque dado à cultura e ao aspecto do conhecimento nas proposições pós-coloniais, de outro, não são neces-

sariamente excludentes. Para a autora, o programa de investigação Modernidade/Colonialidade, apresenta argumentos contundentes sobre a explicação da modernidade a partir do desenvolvimento ocidental fundado na dominação colonial. O que integra processos e aspectos ideológicos e culturais, consolidados pela violência colonial. No entanto, a ênfase dada a essas estratégias ofuscam as resistências possíveis, assim como a imperialidade enquanto elemento constitutivo da colonialidade. A intenção central da autora é destacar a ausência de teorização sobre imperialidade, o que dificulta pensar as formas pelas quais a “colonialidade, é produzida e gerada em tempos de globalização neoliberal” (BALLESTRIN, 2017, p. 524). Isto é, as relações econômicas que se reproduzem atualmente fundadas na diferença colonial (BALLESTRIN, 2017).

A autora propõe que o aspecto da imperialidade devem ser considerados: conceito de imperialidade semelhante e relacionado ao de colonialidade; colonialidade não pode ser explicada sem imperialidade; atualmente, a imperialidade/colonialidade está vinculada a determinadas dimensões da governança global; e que a para a descolonização são necessárias estratégias direcionadas a desimperialização, mais do que a rejeição da modernidade. Nesse ponto, Ballenstrin (2017) considera que, a rejeição da modernidade, apontada como uma característica do paradigma Colonialidade/Modernidade, inviabiliza pensar sobre as possibilidades de resistência à colonialidade/imperialidade. Uma vez que a modernidade produz imperialidade e colonialidade, sua rejeição impossibilita pensar formas de contestar a colonialidade.

Nessa sessão foram analisados os pressupostos do paradigma Modernidade/Colonialidade, com foco na relação com a exploração da natureza e as relações assimétricas entre estados no sistema internacional. Além disso, argumentou-se pela ampliação desse paradigma a partir da consideração de relações imperiais e discussão

sobre o padrão de poder colonial sobre a natureza. Essas questões, outros aspectos e conceitos citados serão retomados nas próximas partes do texto.

### **3. Colonialidade, apropriação da natureza e mineração na América Latina**

Se no contexto internacional as estruturas são constituídas de relações assimétricas de poder entre estados, o que se consolidou na dominação colonial, a história da América Latina é expressão dessa colonialidade e das situações coloniais que se fundaram. Dentro da perspectiva de reincidência de um padrão histórico de poder, o modelo minerador possui um papel central. Desde a dominação colonial a mineração segue como uma entidade econômica imposta que marca a história da América Latina e do Sul global.

Araóz (2020) identifica a extração de minerais em Potosí, na atual Bolívia no século XVI, como o início da modernidade e do capitalismo, assim como as origens de problemas sociais e econômicos percebidos atualmente na América Latina. Para o autor, a história extrativista de Potosí é uma metáfora da América colonial, na qual foram implantadas formas de organização do território, lógicas de intervenções econômicas que influenciam os organismos políticos e sociais até os dias de hoje. Nessa perspectiva a violência é um eixo fundamental na estrutura das sociedades latino-americanas e o Estado ente essencial para viabilizar a exploração. O extermínio de populações originárias para implantação de empreendimentos, a urbanização descontrolada, migrações de populações e o papel dos estados nacionais são questões chave para compreender o extrativismo mineral na América Latina (ARÁOZ, 2020).

O autor apresenta que para a investigação do colonialismo e da colonialidade é necessário a análise sobre a apropriação de-

sigual da natureza, a distribuição assimétrica dos benefícios dessa apropriação relacionados aos riscos ambientais e suas consequências. Nesse sentido, a questão da apropriação da natureza é um aspecto constitutivo do imperialismo moderno-capitalista. O passivo ambiental acumulado em séculos de exploração e a urgência das questões ambientais se relacionam a uma crescente rearticulação da governabilidade neocolonial. Nessa dimensão, percebe-se uma tendência de ampliação da produção de narrativas sobre o meio ambiente, o ecológico e o sustentável (ARÁOZ, 2010a).

O autor aponta que,

*En la materialización histórico-geográfica de ese complejo proceso de 'producción colonial del mundo', tanto 'América Latina' como la 'minería moderna' ocupan un lugar políticamente destacado. En cuanto al enunciado 'América Latina', es claro que su originaria 'conquista y colonización' constituye, en rigor, el capítulo fundacional del orden colonial moderno y el punto de partida de conformación de la economía-mundo capitalista. La minería, por su parte, guarda estrechos e inocultables vínculos necesarios con el origen y avance de la empresa colonial: el 'desarrollo minero' ha sido no sólo un dispositivo de poder determinante en la subyugación y sometimiento de los territorios y poblaciones colonizadas, sino también, una fuente fundamental de provisión de bienes y servicios ambientales que ha subsidiado el expansionismo consumista de los 'países desarrollados', finalmente plasmado en el reparto imperial del mundo (ARÁOZ, 2010b, p. 2).*

A partir disso, o autor busca relacionar o desenvolvimento de empreendimentos mineiros na América Latina às tendências econômicas no sistema internacional e o papel dos estados nacionais nesse sentido. Dentro disso, um aspecto central é a articulação dos empreendimentos mineiros ao progresso enquanto justificativa para o extermínio de populações e devastação de territórios. Se no colonialismo histórico, a mineração permitia o abastecimento e o desenvolvimento industrial dos países centrais, na colonialidade contemporânea a mineração é uma forma privilegiada de inserção

no mercado internacional, que corresponde propriamente a relação entre centro e periferia (ARÁOZ, 2010a).

O conceito de extrativismo, conforme destaca Maristella Svampa (2020), se relaciona a conformação de um padrão de poder em curso no sistema internacional, em que há assimetria e delimitação de responsabilidades diferenciadas entre Norte e Sul globais. O que remete a um padrão histórico de desenvolvimento desigual fundamentado em uma lógica de espólio enquanto estratégia ordinária, o que, ainda, reflete um conjunto complexo de problemas relacionados a diferentes aspectos da atual crise desse padrão.

Para Alberto Acosta (2012), o extrativismo é uma modalidade de acumulação estabelecida pelas demandas das economias centrais, o que foi consolidado ainda na dominação colonial. Para Horacio Aráoz (2013), o extrativismo é um aspecto estrutural da economia-mundo capitalista, resultado da diferenciação hierárquica entre países coloniais e imperiais, em que o saque de recursos e a apropriação de territórios são características permanentes.

Svampa (2020) destaca que existem diferentes modalidades de extrativismo em um sentido histórico. Atualmente, é caracterizado pelo uso intensivo de recursos, água e energia relacionados a extração de grandes quantidades de recursos naturais direcionados à exportação. Além disso, a autora aborda a diferença entre extrativismo tradicional, relacionados à dominação colonial e aplicação por parte de governos conservadores. E o de neoextrativismo progressista, em que o Estado tem um papel chave de captar de forma ativa parte do excedente das atividades e distribuir através de seus aparelhos estatais, o que confere relativa legitimação social, ainda que produza impactos ambientais e sociais negativos.

Nesse sentido, são disseminados na América latina grandes projetos extrativistas: mineração, construção de hidrelétricas e amplia-

ção da fronteira agroindustrial. Esse modelo extrativista destrói os territórios e as condições de vida, principalmente daqueles grupos mais vulnerabilizados, longe dos centros urbanos e que possuem estreita relação de reprodução social com a terra. No exemplo do Brasil, os empreendimentos mineiros estão relacionados a ciclos produtivos influenciados pelo mercado internacional e pelas variações nos preços de commodities. Duas características centrais permanecem desde os ciclos mineiros a partir dos anos 1970. A primeira é a participação do estado brasileiro na criação de infraestrutura, empresas estatais e incentivos fiscais para os investimentos. Outro aspecto é a atração de corporações transnacionais através dos incentivos e desregulamentação ambiental e trabalhista enquanto um processo que retoma a ampliação da fronteira colonial no sistema internacional.

A partir dos anos 1990, conforme abordado adiante, é possível perceber uma alteração dessas relações, no entanto, as estruturas permaneceram as mesmas. A infraestrutura criada pelo estado para o extrativismo mineral e a conjuntura internacional favorável permitiu a consolidação e ampliação de corporações transnacionais a partir dessa década.

#### 4. Colonialidade, imperialidade e reorganização neoliberal

Com as reformas políticas e econômicas, a partir dos anos 1990 a América Latina se transformou em um centro para grandes empreendimentos mineiros a nível mundial. Como aponta Araóz (2010b), em alguns anos, a região passou a se constituir como o principal núcleo fornecedor de minérios brutos em escala global, respondendo a mais de um terço dos investimentos no setor. Para o autor, ainda que os discursos dominantes apontem esse processo como indicativo do sucesso das reformas dessa década, a abordagem proposta pelo autor, a partir da ecologia política, direciona ao entendimento do proces-

so enquanto reestruturação do padrão de poder mundial. O que se relaciona ainda a forma pela qual os estados centrais reagiram às crises ambientais e a rearticulação de outras formas de produção de desigualdade.

Nesse sentido, para Araóz, a expansão da mineração transnacional e o deslocamento de indústrias extrativas do Norte para os países do Sul global se constitui como uma manifestação dos mecanismos do colonialismo contemporâneo. O autor circunscreve a reorganização neoliberal da década de 1990 como um processo mais geral de reconversão neocolonial, resultado de décadas de crises no regime de acumulação. Nesse sentido, o novo auge mineiro na América Latina a partir dessa década é entendido como parte desse processo geral. Para o autor, o neoliberalismo consiste em um projeto de governabilidade neocolonial voltado a consolidar novas formas de dominação de recursos, populações e territórios com objetivo de “reorganizar a ‘apropriação desigual da natureza’ e reassegurar, assim, a sustentabilidade da acumulação em escala global sob o domínio das potências centrais.” (ARÁOZ, 2010b, p.7, tradução nossa).

Para o autor, as privatizações, a liberalização financeira, os incentivos, a desregulamentação de leis trabalhistas e ambientais se relacionam ao cenário internacional, em que o aquecimento global e o esgotamento de recursos naturais evidenciavam uma crise ambiental. Nesse sentido, os estados latino-americanos, ao adotarem essas políticas, colocaram em disponibilidade seus recursos e territórios ao capital transnacional. O que corresponde ao início de outro ciclo de valorização fundamentado na exploração de recursos naturais em que as corporações transnacionais possuem papel central (ARÁOZ, 2010b).

Relacionando a proposta de Luciana Ballenstrin a partir do argumento sobre imperialidade enquanto aspecto constitutivo da colonialidade, a autora destaca o conceito de imperialidade proposto

por David Slater. O autor aponta para a 'imperialidade do poder' como a noção de um privilégio, de um modo de ser imperial no qual a conquista por estados hegemônicos seria desejada (SLATER, 2011). De maneira complementar, Cairo (2009) aborda que assim como a colonialidade considera a persistência de situações criadas na dominação colonial, a imperialidade supõe a manutenção do desejo de interferir em outras sociedades para além da intenção de dominação formal.

Slater (2010) destaca o imperialismo contemporâneo a partir de três elementos constitutivos que se refletem na atual divisão Norte/Sul. Em primeiro lugar, o processo de invasão e desenvolvimento de colônias está relacionado ao conceito de acumulação por espoliação de David Harvey. Em que os recursos das sociedades periféricas são extraídos para o benefício dos estados imperiais, o que se mantém na atualidade. Segundo, a existência de uma governabilidade imperial que se refere a imposição de lógicas externas e conceitos, como de racionalidade, eficiência, desenvolvimento e democracia. Finalmente, o processo de imposição colonial é visto, em alguma medida, por determinados grupos, como algo benéfico para toda a sociedade. Para Slater (2010), a imposição e manutenção de relações coloniais se relacionam a certa negociação entre as partes e não podem ser entendidas apenas como uma imposição externa

David Harvey (2004), no livro "O Novo Imperialismo" apresenta o conceito de 'acumulação por despossessão' ou 'acumulação por espoliação' para distinguir do que Marx chama de acumulação primitiva, especialmente em seu aspecto originário, datado da pré-história do capitalismo. Para o autor, os processos denominados de acumulação primitiva, como a usurpação e apropriação da propriedade social por uma minoria, tem característica permanente. Nesse contexto, a acumulação por espoliação tem a função de expropriação e depredação de espaços existentes, de desvalorização de ni-

chos de mercado e patrimônios para criar oportunidades lucrativas capazes de absorver excedentes de capitais. Os métodos de acumulação por espoliação são diversos, para a análise proposta neste trabalho, a principal questão analisada é apropriação de recursos minerais e a tendência de privatização desses recursos.

Sobre a acumulação por espoliação, Harvey aponta que as tendências de privatizações refletem o desejo de intervenção e expropriação de terras e recursos. Nas quais o poder do estado possui papel central na imposição desses procedimentos mesmo em contradição com a vontade da população local. Para o autor, a acumulação por espoliação é percebida como necessária para a consolidação do modelo capitalista com intensa participação do estado. Segundo Harvey “o poder hegemônico do estado costuma ser empregado para garantir e promover arranjos institucionais internacionais e externos por meio dos quais as assimetrias das relações de trocas possam funcionar em favor do poder hegemônico” (HARVEY, 2004, pg. 147).

Para Harvey, a natureza do imperialismo contemporâneo se relaciona à consolidação do livre mercado enquanto forma de criar vantagem por parte dos ‘poderes monopolistas’ nos países centrais sobre os periféricos. Nesse sentido, o aumento da importância da acumulação por espoliação consiste na consolidação de políticas neoliberais no cenário internacional articuladas às variações econômicas e relações entre estados (HARVEY, 2004).

Dentro disso, cabe destacar que essas relações de dominação se constituem principalmente através de relações econômicas, nas quais as grandes corporações transnacionais e instituições financeiras são os principais exemplos. O que é sustentado pela ‘lógica do mercado’ e pela influência política dos Estados de origem (ASSIS, 2014). No aspecto de compreensão das situações coloniais contemporâneas, as perspectivas destacadas no trabalho direcionaram para a

ampliação do paradigma da Colonialidade a partir da consideração das relações imperiais, também permanentes.

## 5. Considerações finais

O objetivo geral do trabalho foi apresentar algumas abordagens teóricas sobre colonialidade e natureza, no sentido de entender a mineração contemporânea na América Latina. Para isso, destacaram-se conceitos relacionados ao paradigma da Colonialidade, Imperialidade, e de que maneira alguns autores têm incorporado essas propostas a análises sobre processos e empreendimentos extrativistas, especialmente minerais.

Baseado no que foi exposto ao longo do texto, argumenta-se que as identidades produzidas a partir da ideia de raça foram articuladas a lugares na estrutura de controle do trabalho em escala global, a constituição de hierarquias raciais, de gênero e de formas de apropriação de recursos naturais se consolida por meio da divisão do trabalho. Dentro disso, como aponta Quijano, a situação e o papel prestado pela América Latina na economia mundial são resultado da exploração de recursos em favor dos países do Norte, o que permanece para além do fim do colonialismo. Atualmente, se refletem inclusive como prática normal na economia neoliberal. Ainda para o autor, a situação atual da América Latina na economia mundial é resultado do esbulho de recursos em favor dos países centrais, enquanto procedimento ordinário na economia neoliberal (QUIJANO, 1993).

A hipótese central investigou a persistência da colonialidade sobre a apropriação da natureza, enquanto evidência da assimetria de poder entre estados no cenário internacional. Argumentou-se que essa assimetria de poder é evidenciada principalmente através do deslocamento de corporações transnacionais dos países do Norte em

direção ao Sul global. Além disso, a percepção do modelo minerador com intensa participação dos estados e de corporações enquanto um processo geral em curso no sistema internacional, contribui para desenvolvimento de análises específicas sobre as relações econômicas entre estados, e como isso se reproduz através de diferentes estratégias e estruturas.

A mineração na América Latina ainda se conforma como um importante elemento da exportação e contribui para a manutenção do modelo primário exportador dessas economias. A atualidade da questão é evidenciada a partir dos ciclos econômicos que se estabelecem relacionados aos acidentes, crimes e ao esgotamento ambiental proferidos pelos empreendimentos mineiros. O que necessariamente é influenciado por questões e interesses externos. Na América Latina, a premência de estudos sobre a mineração em uma perspectiva decolonial busca evidenciar de que forma o colonialismo se reforma e se mantém nas relações entre Norte/Sul. Nesse mesmo sentido, essa exploração teórica sobre o tema buscou relacionar alguns argumentos e pressupostos com a intenção de viabilizar análises futuras específicas sobre processos de apropriação/privatização e exploração por parte de corporações transnacionais e a participação dos Estados.

## Referências

ACOSTA, Alberto. Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. *Más allá del desarrollo*, v. 1, p. 83-118, 2011.

ARÁOZ, Horacio Machado. Crisis ecológica, conflictos socioambientales y orden neocolonial: Las paradojas de NuestrAmérica en las fronteras del extractivismo. *REBELA-Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, v. 3, n. 2, 2013.

ARÁOZ, Horacio Machado. *Mineração, genealogia do desastre: O extrativismo na América como origem da modernidade*. Editora Elefante, 2020.

ARÁOZ, Horacio Machado. La 'Naturaleza' como objeto colonial. Una mirada desde la condición eco-bio-política del colonialismo contemporáneo. *Boletín Onteaiken*, v. 10, p. 1-2, 2010a.

ARÁOZ, Horacio Machado. Minería transnacional y neocolonialismo. *Cuerpos y Territorios en las disputas coloniales de nuestro tiempo*. In: KOROL, Claudia (ed.). *Resistencias Populares a la Recolonización del continente*. Buenos Aires: Centro de Investigación y Formación de Movimientos Sociales Latinoamericanos-Fundación Rosa Luxemburgo, Ediciones América Libre, 2010b.

ASSIS, Wendell. Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. *Caderno CRH*, v. 27, n. 72, p. 613-627, 2014.

BALLESTRIN, Luciana. Modernidade/Colonialidade sem "Imperialidade"? O Elo Perdido do Giro Decolonial. *Dados Revista de Ciências Sociais*, v. 60, n. 2, p. 505-540, 2017.

CAIRO, Heriberto. La colonialidad y la imperialidad en el sistema-mundo. *Viento sur: Por una izquierda alternativa*, n. 100, p. 65-74, 2009.

CAJIGAS-ROTUNDO, Juan Camilo. La biocolonialidad del poder. Amazonía, biodiversidad y ecocapitalismo. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (eds.). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (eds.). *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo. El programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano. *Tabula rasa*, n. 1, p. 51-86, 2003.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista crítica de ciências sociais*, n. 80, p. 115-147, 2008.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, 2017.

QUIJANO, Aníbal. *América Latina en la economía mundial*. 1993.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*. 2000.

SLATER, David. The imperial present and the geopolitics of power. *Geopolítica (s)*. *Revista de estudios sobre espacio y poder*, v. 1, n. 2, p. 191-205, 2010.

SLATER, David. Latin America and the Challenge to Imperial Reason: A Commentary on Arturo Escobar's Paper. *Cultural Studies*, v. 25, n. 3, p. 450-458, 2011.

SVAMPA, Maristella. *As Fronteiras do Neoextrativismo na América Latina: Conflitos Socioambientais, Giro Ecoterritorial e Novas Dependências*. Editora Elefante, 2020.

## Sobre a autora

### Gabrielly Ramos de Oliveira

Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade Federal do ABC. E-mail: [gabrielly.ramos@ufabc.edu.br](mailto:gabrielly.ramos@ufabc.edu.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3197-6279>.

